



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2018

Nível Médio – Manhã

Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	1 a 15
Legislação e Ética no Serviço Público	16 a 20
Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência	21 a 25
Noções de Informática	26 a 30
Direito Constitucional	31 a 34
Direito Administrativo	35 a 38
Direito do Trabalho	39 a 45
Direito Processual do Trabalho	46 a 52
Direito Civil	53 a 56
Direito Processual Civil	57 a 60

PROVA

01

Lembre-se de marcar o
número correspondente a sua
Prova na Folha de Respostas

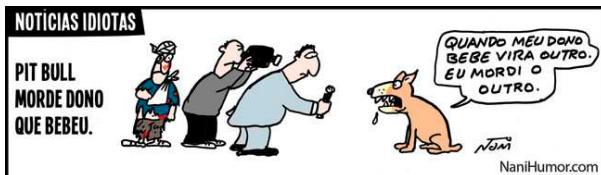
1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP – www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 04 referem-se à charge abaixo.



01. **O humor da tira consiste no fato de**
 - (A) haver fotógrafos cobrindo uma notícia banal.
 - (B) o cachorro ser capaz de falar como os homens.
 - (C) o dono do animal estar estraçalhado ao fundo.
 - (D) a expressão 'o outro' ser empregada com duplo sentido.
 - (E) o repórter dar mais atenção ao cão do que ao dono.

02. **A expressão outro é empregada, respectivamente, como**
 - (A) predicativo e objeto indireto.
 - (B) sujeito e predicativo.
 - (C) predicativo e objeto direto.
 - (D) predicativo e predicativo.
 - (E) sujeito e adjunto adverbial.

03. **A relação lógico-semântica estabelecida no período “Quando meu dono bebe vira outro” é a de**
 - (A) finalidade.
 - (B) causa.
 - (C) tempo.
 - (D) concessão.
 - (E) consecução.

04. **Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao que se afirma abaixo.**
 - (A) A expressão o outro, em mordi o outro, indica que esse outro já foi mencionado.
 - (B) Em “Pit Bull morde dono que bebeu”, o elemento que é conjunção integrante.
 - (C) A forma verbal bebe está conjugada no tempo presente do modo indicativo.
 - (D) A forma verbal morde está no tempo presente do modo indicativo.
 - (E) A forma verbal bebeu está no tempo pretérito perfeito do modo indicativo.

As questões 05 e 06 referem-se à charge abaixo.



05. **Não é sinônima para a palavra probo a expressão**
 - (A) honesto.
 - (B) honrado.
 - (C) reto.
 - (D) justo.
 - (E) ordinário.

06. **O humor da charge consiste**
 - (A) no emprego da palavra bullying.
 - (B) em todos serem corruptos menos ele.
 - (C) em haver ironia nos insultos dos políticos.
 - (D) em ainda haver políticos idôneos.
 - (E) no emprego de palavrões pelos políticos.

As questões de 07 a 09 referem-se ao texto abaixo.

A cura do envelhecimento

Pílulas, células-tronco, dietas e tratamentos para evitar doenças e regenerar órgãos. Conheça as novas armas da ciência para nos manter com aparência jovem para sempre

O soldado e explorador espanhol Juan Ponce de León (1460-1521) já havia acompanhado Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América quando começou sua busca pela mitológica Fonte da Juventude. Os nativos de Porto Rico, onde Ponce havia criado uma colônia, diziam existir tal fonte misteriosa capaz de proporcionar a jovialidade eterna para quem em suas águas se banhasse. O viajante nunca a encontrou — acabou foi descobrindo a Flórida, ironicamente o estado americano hoje com a maior proporção de idosos. Ponce de León não foi o único a procurar incansavelmente por uma forma de ser jovem para sempre. A busca pela imortalidade e pela juventude eterna sempre fascinou o homem, único animal que tem consciência da própria morte — e por isso sofre. Mas nunca esteve tão próxima de ser alcançada.

Como Ponce de Leóns contemporâneos, os cientistas do século 21 vêm perseguindo o fim da maior causa de morte do mundo: a velhice. Por consequência, as doenças decorrentes dela. E parecem estar mais próximos de, no mínimo, postergá-la. “Os avanços da área biológica que surgem nesse começo de século indicam que muitos de nós poderemos chegar facilmente aos 100, 150 anos”, diz o professor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Stevens Rehen.

Prolongar a vida seria apenas uma consequência de fazer as pessoas serem mais saudáveis por mais tempo. Esse é o principal objetivo da nova ciência do antienvelhecimento, que pretende atacar de uma só vez todas as formas de deterioração do corpo para fazer com que o nosso relógio biológico corra mais devagar. Assim, ficaríamos longe de doenças decorrentes da idade avançada — como Alzheimer, demência, diabetes e doenças cardíacas — por mais tempo. Atacar a velhice, portanto, seria a melhor e talvez única forma de nos afastarmos dos males provocados por ela. Combater uma a uma as doenças — algo que desde sempre fazemos — não surtiria grandes efeitos. Nos Estados Unidos, por exemplo, se os problemas de coração fossem totalmente eliminados, a expectativa de vida não subiria mais do que três anos. O mesmo que proporcionaria uma cura milagrosa para o câncer. “O risco de doenças fatais dispara após os 60 anos. Assim, mesmo que evitemos o ataque cardíaco, outros problemas vão nos pegar”, afirma o escritor de ciência e medicina americano David Stipp, autor do livro *The Youth Pill (A Pílula da Juventude)*, sem edição no Brasil), lançado no ano passado. Por isso, a maneira de aumentar a expectativa e a qualidade de vida para valer é evitar chegar nesse estágio em que já estamos mais fracos e vulneráveis a doenças.

Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com>>.

07. Em “A cura do envelhecimento”, a expressão “do envelhecimento” funciona como

- (A) complemento nominal.
- (B) agente da passiva
- (C) adjunto adnominal.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) objeto indireto.

08. Assinale a palavra grafada corretamente.

- (A) Contemporâneidade.
- (B) Irônica.
- (C) Mitologia.
- (D) Próximidade.
- (E) Demênte.

09. Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma abaixo.

- (A) Em “Os nativos de Porto Rico, onde Ponce havia criado uma colônia...”, a expressão “onde” pode ser substituída pela expressão **em que**.

(B) Em “A busca pela imortalidade e pela juventude eterna sempre fascinou...”, a forma verbal “fascinou” pode ser flexionada no plural para concordar com imortalidade e juventude.

(C) Em “Como Ponce de Leóns contemporâneos, os cientistas do século 21 vêm perseguindo...”, a forma verbal “vêm” pode ser escrita **vem**.

(D) Em “Os avanços da área biológica que surgem nesse começo de século indicam...”, a forma verbal “surgem” pode ser flexionada no singular para concordar com área biológica.

(E) Em “Assim, mesmo que evitemos o ataque cardíaco, outros problemas vão nos pegar”, a expressão “mesmo que” pode ser substituída por **ainda que**.

Pelo menos dois usuários de drogas são internados à força por dia em SP

Número pode ser maior, porque nem sempre o Ministério Público – responsável pela compilação dos dados – é notificado da internação

Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não, pelo menos 5.103 dependentes desta e de outras drogas foram internados de forma involuntária em São Paulo nos últimos oito anos. Na média, são quase dois por dia. Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos.

A maior parte dos pacientes voluntários apresenta diagnóstico de psicose, esquizofrenia e dependência química provocada por álcool e drogas – doenças diretamente associadas, segundo especialistas, e somam mais de 20 mil casos. Na lista, há relatos de transtornos causados por crack, cocaína, heroína e maconha entre usuários de até 60 anos, incluindo adolescentes. Os dados são do Ministério Público Estadual, que deve ser notificado quando a internação involuntária ocorre mediante aprovação da família, em um prazo máximo de 72 horas. A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas.

Apesar de polêmica, a medida é considerada legal em todo o País desde abril de 2001, a partir da publicação da Lei 10.216, que permite que parentes de sangue optem pelo tratamento mesmo sem consentimento do paciente. A legalidade da internação, no entanto, depende da apresentação de um laudo médico, assinado por um psiquiatra. A exigência médica – aliada à regra que proíbe que o tratamento involuntário seja solicitado por maridos e mulheres – promove, segundo representantes do Ministério Público, uma subnotificação, especialmente entre pacientes com alto poder aquisitivo, que podem pagar clínicas particulares.



Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado. "Isso ocorre porque as clínicas clandestinas que afirmam tratar dependentes químicos proliferaram-se no Estado. Elas não fazem a notificação obrigatória quando recebem um paciente internado de forma involuntária porque são irregulares, não têm estrutura física ou médica e, muitas vezes, nem tratamento oferecem", diz Coimbra, que coordena o Centro de Apoio Operacional (CAO) Cível e de Tutela Coletiva da Saúde Pública. O promotor defende a criação de uma legislação específica que regule o trabalho dessas instituições, a fim de evitar que familiares se iludem com propagandas enganosas e pacientes sejam maltratados durante a internação. "Temos de promover uma ampla discussão sobre o tema, que determine novas condições de fiscalização. O Ministério Público não tem como atuar sozinho", destacou Coimbra.

Adaptado de <http://www.estadao.com.br/>. 04 de março de 2018.

10. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) a quantidade de internações involuntárias em São Paulo é muito maior do que as notificações legais, pois há muitas clínicas irregulares que não fazem a notificação obrigatória.
- (B) a internação involuntária de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas sempre foi legal no Brasil, desde que com o consentimento de um dos familiares.
- (C) a internação involuntária deve ser notificada ao Ministério Público Federal em um prazo mínimo de 72 horas e restringe-se aos casos de internações relacionadas à dependência de álcool e drogas.
- (D) as internações involuntárias notificadas de correntes de transtornos psíquicos ocorrem somente entre jovens e adolescentes, sendo os últimos a grande maioria.
- (E) para que a internação de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas seja legal, basta a solicitação por parte de um familiar que apresente laços consanguíneos.

11. "Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não..."

O termo destacado no fragmento acima é empregado como

- (A) conjunção coordenativa.
- (B) pronome apassivador.
- (C) palavra expletiva.
- (D) índice de indeterminação do sujeito.
- (E) conjunção integrante.

12. Assinale a alternativa que apresenta o par correto quanto à grafia e acentuação.
 (A) Válido – validade.
 (B) Público – publicidade.
 (C) Psiquiátria – psiquiátrico.
 (D) Heroico – herói.
 (E) Família – familiar.
13. "A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas."
 A expressão destacada, no fragmento acima, funciona como
 (A) objeto direto.
 (B) complemento nominal.
 (C) predicativo.
 (D) objeto indireto.
 (E) sujeito.
14. "...Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado." A expressão destacada, no fragmento acima, expressa
 (A) contraste.
 (B) explicação.
 (C) alternância.
 (D) conclusão.
 (E) adição.
15. "Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos." A relação lógico-semântica estabelecida pela oração destacada no período acima é a de
 (A) causa.
 (B) consequência.
 (C) tempo.
 (D) conclusão.
 (E) concessão.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16. Segundo o Código de Ética do TRT 1ª Região, a Comissão de Ética deverá comunicar a instauração do processo ao envolvido, com imediata ciência ao:
 (A) Presidente do Tribunal e Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
 (B) Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.



- (C) Presidente do Tribunal, Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.
- (D) Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
- (E) Presidente do Tribunal, quando se tratar de qualquer servidor.

17. Considerando a composição do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Tribunal compõe-se de cinquenta e cinco Desembargadores.
- (B) Cada Desembargador terá dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- (C) Haverá um gabinete para cada Desembargador, com lotação aprovada pelo Órgão Especial.
- (D) As vagas de Desembargador no TRT da 1ª Região serão preenchidas pela promoção de Juízes do Trabalho e nomeação de membros do Ministério Público do Trabalho e de advogados.
- (E) No preenchimento das vagas para promoção de Juízes substitutos e para o acesso de Juízes titulares, serão observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

18. Sobre os órgãos que compõem o TRT 1ª Região, assinale a alternativa correta quanto ao Órgão Especial.

- (A) O Órgão especial é composto por 24 Desembargadores.
- (B) Tem composição exclusiva entre Desembargadores mais antigos do Tribunal.
- (C) O seu Presidente será o Desembargador mais antigo que o compõe.
- (D) O Presidente do Órgão Especial será substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Presidente, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão.
- (E) Dentre outras, tem a competência para deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura da carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal.

19. Sobre as Seções Especializadas previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por 11 (onze) Desembargadores.
- (B) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SEDIC é constituída por 11 (onze) Desembargadores, nela figurando, como membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.
- (C) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) é por 14 (quatorze), já incluído o Presidente da Seção.
- (D) A Presidência das Seções Especializadas é exercida pelo Desembargador indicado pelo Presidente do TRT 1ª Região.
- (E) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão, desde que não seja Presidente de Turma.

20. Sobre as decisões e o acórdão dos órgãos colegiados, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.
- (B) As decisões serão tomadas pela maioria de votos, salvo nas hipóteses em que haja exigência de *quorum* qualificado.
- (C) Constarão do acórdão a espécie, o número do feito, os nomes das partes, a exposição dos fatos ou a remissão ao relatório em que foram expostos os fundamentos da decisão e as suas conclusões, discriminando-se, se for o caso, as questões preliminares ou prejudiciais apreciadas no julgamento e consignando-se a eventual existência de votos vencidos, com indicação sucinta da respectiva conclusão.
- (D) Digitado o acórdão e colhidas as necessárias assinaturas, o gabinete do magistrado redator providenciará a sua publicação ou a intimação, se for o caso.
- (E) As atas das sessões serão lavradas exclusivamente pelos Presidentes dos órgãos colegiados.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 21. A Lei n. 7.853/1989 trouxe em seu texto a concepção de assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos e constituiu um importante normativo naquele momento histórico. Para isso, foram enumeradas várias medidas a fim de garantir a integração da pessoa portadora de deficiência, dentre elas:**



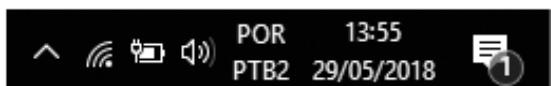
- (A) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos e privados de ensino.
- (B) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito e de tratamento adequado a suas vítimas.
- (C) a garantia de atendimento domiciliar de saúde a qualquer deficiente não internado.
- (D) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em qualquer nível escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados educandos portadores de deficiência.
- (E) a matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
- 22. Antônio tem 17 anos de idade e é portador de necessidade especial. Sua mãe, Renata, compareceu ao Ministério Público do Rio de Janeiro e questionou vários dos direitos que estão ligados à garantia de integração de seu filho, previstos na Lei n. 7.853/1989. Nesse sentido, é correto afirmar que Antônio terá direito, na área**
- (A) de recursos humanos, à formação de professores de nível superior para atuar na Educação Especial.
- (B) das edificações, à adoção e à efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações, que evitem ou removam os óbices e permitam o acesso a edifícios, a logradouros, sendo desnecessária a adaptação dos meios de transporte.
- (C) da formação profissional e do trabalho, a que o Estado promova ações eficazes que propiciem a inserção, de pessoas portadoras de deficiência, apenas no setor público.
- (D) da educação, aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.
- (E) da saúde, à promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da pessoa com deficiência.
- 23. Nos termos da Lei Federal n. 13.146/2015, a pessoa com deficiência, EXCETO:**
- (A) tem direito a atenção integral à saúde, em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
- (B) possui direito ao processo de habilitação e de reabilitação.
- (C) não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- (D) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- (E) tem direito a receber atendimento prioritário.
- 24. De acordo com a Lei n. 13.146/2015 e a Resolução n. 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, esses dois normativos consideram a perspectiva da inclusão e traz regramento para a sociedade, em especial para os tribunais. Considere as afirmativas abaixo e assinale a correta.**
- (A) Servidor com horário especial não poderá exercer cargo em comissão, em função de sua onerosidade.
- (B) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.
- (C) Como forma de correção de injustiças, deve ser imposta à pessoa com deficiência a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, sob pena de responsabilidade por omissão.
- (D) Cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro, com atualização a cada 6 meses.
- (E) A concessão de horário especial constitui tratamento diferenciado e pode ser compreendida como atitude discriminatória.
- 25. Dentre os direitos que possui uma pessoa com necessidades especiais, é incorreto afirmar que**
- (A) os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos e privados deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
- (B) em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.



- (C) os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de, no mínimo, cinco espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.
- (D) os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atenderem aos requisitos de acessibilidade.
- (E) os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 26. Considerando a imagem ilustrativa abaixo, assinale a alternativa correta.**



- (A) A imagem refere-se ao menu Iniciar do Windows 7.
- (B) Pela imagem, percebe-se que há uma mensagem da Central de Ações ainda não lida pelo usuário.
- (C) Não é possível identificar por meio da imagem se o computador está conectado a alguma rede.
- (D) O áudio do computador está desativado.
- (E) A imagem indica que o computador será reiniciado automaticamente após a atualização do Windows ser instalada.

- 27. Em relação aos conceitos de internet e redes de computadores, analise as assertivas a seguir.**

- I – O protocolo IP é o responsável por identificar as redes da internet por meio de endereços IP.
- II – Os webmails utilizam o protocolo SMTP para o envio das mensagens eletrônicas.
- III – O protocolo de transporte utilizado para videoconferências é o UDP.
- Estão corretas apenas as assertivas:**

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

- 28. Em relação à lixeira do Windows, considerando as configurações padrão do sistema Windows, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ao se pressionar a tecla DELETE, havendo um arquivo selecionado, este será excluído permanentemente do computador.
- (B) Ao se esvaziar a lixeira do Windows, os arquivos nela armazenados serão excluídos permanentemente.
- (C) Não é possível determinar o tamanho máximo de armazenamento da lixeira do Windows.
- (D) Ao se restaurar um arquivo da lixeira, este será transferido para a Área de Trabalho.
- (E) Não é possível excluir os arquivos sem a confirmação de exclusão.

- 29. Para se calcular a média aritmética dos valores do intervalo das células A1 até B3, assinale qual fórmula o usuário deve utilizar:**

- (A) =SOMA(A1:B3)/CONT.NÚM(A1:B3)
- (B) =MÉDIA(A1:B3)
- (C) =A1+A2+A3+B1+B2+B3/6
- (D) =MED(A1:B3)
- (E) =SOMASE(A1:B3;6)

- 30. Os malwares são pragas digitais que comprometem o funcionamento dos sistemas, acarretando, muitas vezes, perdas de dados e até mesmo fraudes financeiras. A respeito da ameaça Bot, assinale a alternativa correta.**

- (A) É um vírus que corrompe os arquivos do usuário, impedindo o carregamento do sistema operacional.
- (B) É recebido com um aplicativo útil, porém é um disfarce para o envio de outras ameaças, como vírus, Worms e Spywares.
- (C) É um Worm evoluído que recebeu incrementos de comunicação, permitido ao atacante se conectar a ele e enviar comandos remotamente.
- (D) Captura as teclas digitadas pelo usuário no teclado físico.
- (E) É um golpe que direciona o usuário para uma página fraudulenta, visando furtar seus dados sigilosos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 31. Em relação ao Poder Judiciário, seus tribunais e magistrados, assinale a opção correta.**

- (A) É possível a remoção de juiz – bem como a decretação de sua disponibilidade ou aposentadoria –, por interesse público, mediante decisão da maioria simples do respectivo tribunal ou do CNJ.

- (B) Apenas desembargadores de carreira podem concorrer às vagas reservadas no STJ aos integrantes dos tribunais de justiça e TRFs; excluídos, portanto, os desembargadores alçados aos tribunais pelo quinto constitucional.
- (C) Compete à Justiça Comum dirimir as controvérsias instauradas entre pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta e seus empregados, cuja relação é regida pela CLT.
- (D) O juiz de primeiro grau adquire vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo; depois disso, ele só perderá o cargo mediante deliberação da maioria simples do tribunal a que estiver vinculado ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) Somente depois de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração ou aposentadoria poderá o juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.

32. De acordo com a jurisprudência do STF acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) Entidade de classe somente pode impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados se for por eles expressamente autorizada.
- (B) O aproveitamento, em processo administrativo disciplinar, de prova licitamente obtida mediante interceptação telefônica autorizada judicialmente em investigação criminal ou ação penal é constitucional.
- (C) O cancelamento de naturalização obtida pela via administrativa somente pode ser feito mediante processo judicial.
- (D) Os direitos e garantias fundamentais restringem-se àqueles expressamente previstos em seu rol de direitos e garantias individuais e coletivos, não abrangendo, portanto, os denominados direitos políticos.
- (E) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

33. O Presidente da República, mediante decreto, delegou aos Ministros de Estado e ao Procurador-Geral da República a competência para, após processo administrativo disciplinar, aplicar a penalidade de demissão a servidor público federal.

Com referência a essa situação hipotética e com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- (A) As competências conferidas pelo texto da CF ao Presidente da República são indelegáveis, motivo por que o decreto em apreço é inconstitucional.
- (B) Considerando que, na hipótese em tela, o Presidente da República agiu como chefe de Estado, a referida delegação não poderia ocorrer, no âmbito estadual, do governador para os secretários estaduais.
- (C) O referido decreto está de acordo com a CF, pois a possibilidade de delegação da competência para prover cargos públicos federais abrange também a competência para demitir o servidor público.
- (D) O decreto citado violou a CF, pois só há previsão de delegação para provimento de cargos públicos federais, e não para hipóteses de demissão.
- (E) De acordo com o texto da CF, a referida delegação pode, sim, ser feita aos Ministros de Estado, mas não pode ser estendida ao Procurador-Geral da União. Por isso, o decreto em questão padece do vício de inconstitucionalidade.

34. Considere a seguinte situação hipotética e marque a opção correta.

Na ausência de lei federal sobre um determinado tema, de competência legislativa concorrente, em 2000, o Estado do Rio de Janeiro exerceu sua competência legislativa em matéria de proteção e defesa da saúde, nos termos da Constituição Federal, editando lei estadual que proibiu o uso de determinada substância no território estadual. Em 2007, a União editou lei federal que regulou o uso dessa mesma substância, permitindo-o, ainda que de forma restrita. No entanto, a lei federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Não foi suspensa a aplicação da norma federal, no entanto ela foi declarada inconstitucional, em 2018. Com isso, a lei estadual deve ser considerada

- (A) inválida, pois, no âmbito da competência legislativa concorrente, caberia ao Município – e não ao Estado – legislar sobre proteção e defesa da saúde, sobretudo se o uso da substância for relacionado ao interesse local.
- (B) válida, pois a superveniência de lei federal apenas suspende a eficácia da lei estadual no âmbito da competência concorrente, de modo que, com a declaração de inconstitucionalidade da lei federal, a norma estadual teve sua eficácia restabelecida.
- (C) inválida, pois a declaração de inconstitucionalidade da lei federal não restabelece a eficá-

- cia da lei estadual, tendo como efeito apenas a devolução da competência ao Estado para legislar sobre normas gerais enquanto não for editada nova lei federal.
- (D) válida, pois a lei federal não revoga nem suspende a eficácia da lei estadual. Em casos em que as normas federal e estadual forem incompatíveis, caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir qual delas é aplicável.
- (E) inválida, pois a competência legislativa corrente permite que o Estado exerça sua competência suplementar somente após a União exercer plenamente sua competência de legislar sobre normas gerais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Sobre o controle dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O estagiário que atua no serviço público está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa, mesmo se a atividade desempenhada ocorrer sem remuneração.
- (B) Segundo a jurisprudência, é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade dos órgãos públicos.
- (D) As pessoas jurídicas não poderão figurar como sujeito ativo dos atos de improbidade na condição de terceira beneficiária.
- (E) O princípio da insignificância é aplicado aos processos com fundamento na Lei de Improbidade.

36. Para Meirelles, “poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Assim, pode-se concluir que, através do poder de polícia, a Administração visa a conter abusos individuais restringindo o direito individual em benefício do bem-estar da coletividade. Sobre esse poder, pode-se afirmar:

- (A) A discricionariedade do poder de polícia não permite a prática de ato vinculado.
- (B) O poder de polícia administrativo é uma atividade que se manifesta por meio de atos concretos em benefício do interesse público. Para efetivar a eficiência da atividade administrati-

va, pode-se mediante convênio delegar esse poder a pessoas da iniciativa privada não integrantes da Administração Pública.

- (C) A Constituição autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- (D) A licença é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração facilita àquele que preencha os requisitos exigidos em lei o exercício de uma atividade. Assim, cabe à autoridade tão somente verificar, em cada caso concreto, se foram preenchidos os requisitos legais exigidos para outorga administrativa e, em caso afirmativo, expedir o ato, sem possibilidade de recusa.
- (E) O poder de polícia é exercido por atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, compreendendo apenas medidas preventivas.

37. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação será dispensável.
- (B) Tomada de preços é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (C) Enquadra-se na hipótese de dispensa da licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Os casos de dispensa de licitação decorrem da competência vinculada da Administração, pois o rol do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 é taxativo.
- (E) Em consonância com o princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

38. De acordo com a doutrina de direito administrativo, assinale a alternativa correta sobre os serviços públicos.

- (A) É permitido ao Estado delegar a prestação de determinados serviços públicos a particulares, competindo-lhe, todavia, o controle sobre sua execução.



- (B) A permissão de serviço público possui contornos bilaterais, mas, diferentemente da concessão de serviço público, não pode ser caracterizada como de natureza contratual.
- (C) A Administração Pública poderá delegar aos particulares a execução de determinado serviço público, mediante concessão, que constitui ato administrativo unilateral, discricionário e precário.
- (D) A classificação de determinado serviço público como coletivo pressupõe a individualização de seus destinatários, propiciando a medição da utilização individual direta do serviço público prestado.
- (E) A caducidade exige a edição de lei autorizando a extinção da concessão bem como prévia indenização, se houver.

DIREITO DO TRABALHO

39. Quanto à remuneração e ao salário, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber compreendem-se na remuneração do empregado.
- (B) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- (C) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- (D) Não será considerado como salário-utilidade o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.
- (E) As diárias para viagem serão computadas como salário desde que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

40. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador. Nesse caso, serão devidas as seguintes parcelas:

- I – por metade o aviso prévio, se indenizado.
 II – multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
 III – por metade, multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
 IV – movimentação integral da conta vinculada de FGTS.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
 (B) I, II e V.

- (C) III e IV.
 (D) I, III e IV.
 (E) I e III.

41. O aviso prévio será proporcional à duração do contrato de trabalho na proporção de

- (A) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa.
 (B) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
 (C) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
 (D) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 dias, perfazendo um total de até 120 dias.
 (E) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos cinco dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 80 dias, perfazendo um total de até 110 dias.

42. Acerca da sucessão trabalhista, assinale a alternativa correta.

- I – Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
 II – O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 III – O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
 (B) I, II e V.
 (C) III e IV.
 (D) I, III e IV.
 (E) I e III.

43. Quanto à equiparação salarial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.



- (B) Não haverá equiparação salarial quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.
- (C) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial em razão do princípio da não discriminação.
- (D) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

44. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- II – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- III – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.
- IV – troca do dia de feriado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) nenhuma das alternativas.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) todas as alternativas.
- (E) I e IV.

45. Assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se empregador apenas a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- (B) Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios entre as empresas que compõem o grupo.

- (C) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- (E) Não serão computados, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

46. Assinale a alternativa que apresenta título executivo judicial que será executado pela Justiça do Trabalho.

- (A) Sentença arbitral decorrente de conflitos oriundos das relações de trabalho.
- (B) Termo de conciliação firmado perante as câmaras intersindicais de conciliação prévia.
- (C) Termo de compromisso de ajustamento de conduta firmado perante o Ministério Público.
- (D) Cheque.
- (E) Nota Promissória.

47. Em relação ao procedimento sumaríssimo, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I – Far-se-á a citação por edital, caso o reclamado esteja em local incerto e não sabido.
- II – A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento.
- III – O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- IV – As testemunhas, até o máximo de duas para cada pedido, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão corretas:

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas I, II e III.
- (D) apenas I e IV.
- (E) apenas II e III.



48. Assinale a alternativa correta.

- (A) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (B) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (C) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (D) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (E) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de 15 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.

49. Quanto às audiências trabalhistas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- (B) À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.
- (C) Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- (D) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- (E) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluirá no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

50. Considere as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

I – Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

II – Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

III – Cabe agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas antes da Sentença.

- (A) I e II são corretas.
- (B) I, II e III são corretas.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Somente I é correta.
- (E) Somente I e III são corretas.

51. Assinale a assertiva incorreta quanto aos recursos trabalhistas.

(A) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

(B) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

(C) Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado.

(D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumário, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.



- (E) É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

52. Assinale a alternativa correta quanto aos recursos trabalhistas.

- (A) Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.
- (B) Caberá agravo de instrumento da decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- (C) Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito devolutivo e suspensivo.
- (E) Cabe recurso ordinário das decisões do Juiz nas decisões definitivas em execuções.

DIREITO CIVIL

53. Assinale a opção correta.

- (A) Cessada a eficácia de uma lei temporária que havia revogado uma lei anterior, ocorre a reprise da automática desta última lei, salvo disposição em contrário.
- (B) Os direitos sob condição suspensiva só passam a ser protegidos como direitos adquiridos após o implemento da condição suspensiva.
- (C) O regime de bens do casamento obedece à lei do país em que houver a celebração do casamento.
- (D) O direito de propriedade que um brasileiro possui sobre um imóvel situado em Miami será disciplinado pela lei brasileira.
- (E) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

54. Assinale a opção correta.

- (A) De acordo com o Código Civil, os índios são relativamente incapazes.
- (B) A emancipação pela obtenção de economia própria por parte do menor pode acontecer mesmo se a sua idade for inferior a dezenas de anos.
- (C) No caso de simulação em decisão tomada em reunião ou em assembleia de pessoa jurídica, haverá nulidade absoluta, de maneira que será viável a declaração dessa nulidade a qualquer tempo.

- (D) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

55. Assinale a opção correta.

- (A) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (B) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (C) O devedor tem o direito de exigir que o credor receba o pagamento de apenas parte da dívida, mas isso não impedirá que o devedor seja considerado inadimplente em relação à parcela não paga da dívida.
- (D) A regra geral é a de que as obrigações são portáteis.
- (E) Os juros moratórios legais correspondem a 1% a.m.

56. Assinale a opção correta.

- (A) Aquele que tiver prometido fato de terceiro não responderá por perdas e danos, quando este não o executar.
- (B) É admissível oferecer, como garantia do pagamento de uma dívida, o direito hereditário que vier a surgir com a futura morte de um parente.
- (C) De acordo com o Código Civil, não se aplica a garantia da evicção no caso de aquisição de bem em hasta pública.
- (D) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, só é admitida por meio de interpelação judicial.
- (E) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57. Com relação aos recursos no novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A parte que interpuser recurso principal poderá desistir do recurso desde que haja consentimento do recorrido.



- (B) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) A ausência de preparo no ato de interposição do recurso gera o fenômeno da deserção, devendo o recurso ser imediatamente não conhecido.
- (E) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo se distintos ou opostos os seus interesses, pois se trata de conduta alternativa.

58. Com relação às regras de ação rescisória no novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação rescisória não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão, devendo impugnar todo conteúdo decisório que tenha transitado em julgado.
- (B) É possível ajuizamento de ação rescisória em face de decisão terminativa, sem mérito.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação rescisória em face de decisão proferida em processo no qual não foi parte.
- (D) O prazo prescricional para ajuizamento de ação rescisória é de 2 anos, contados do trânsito em julgado.
- (E) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é decadencial de 5 anos em caso de prova nova.

59. Considerando o procedimento comum e as regras do NCPC, marque a alternativa correta.

- (A) O réu revel poderá participar do processo normalmente, mas não poderá produzir provas não postuladas por ausência de contestação.
- (B) A multa prevista para quem não comparecer à audiência de conciliação ou mediação será de 2% sobre o valor da causa ou vantagem pretendida, revertendo-se a favor da parte adversa.
- (C) Em face de decisão parcial de mérito, caberá o recurso de agravo de instrumento no prazo de 15 dias.
- (D) O prazo para oferecimento de resposta de réu será de 15 dias, podendo o réu apresentar contestação e reconvenção, desde que faça simultaneamente, em peças separadas.
- (E) Não é possível inversão do ônus da prova na decisão de saneamento.

60. Marque a alternativa correta.

- (A) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, em nenhuma hipótese, sob pena de violação do devido processo legal.
- (B) Os Juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica ou da autenticidade ou da falsidade de documento.
- (D) Não se admite ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (E) O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.



GABARITO

CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDOR ANALISTA JUDICIÁRIO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 1ª REGIÃO

Edital Nº 01/2018

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
d	c	c	b	e	a	a	b	e	a	e	d	b	c	c	b	a	e	e	e
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
b	d	d	b	c	b	e	b	a	c	e	c	c	b	a	c	b	a	e	e
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
b	e	c	d	d	a	e	a	c	a	d	c	e	e	a	e	b	b	c	c



GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

01. O humor da tira consiste no fato de

- (A) haver fotógrafos cobrindo uma notícia banal.
- (B) o cachorro ser capaz de falar como os homens.
- (C) o dono do animal estar estraçalhado ao fundo.
- (D) a expressão ‘o outro’ ser empregada com duplo sentido.
- (E) o repórter dar mais atenção ao cão do que ao dono.

Letra d.

O humor da tira está empregado justamente no duplo sentido expresso pelo vocábulo “outro”. Ressalte-se que o “outro” dito pelo cachorro demonstra que o dono fica irreconhecível quando bebe. Por isso, a assertiva correta é a letra **d**.

02. A expressão outro é empregada, respectivamente, como

- (A) predicativo e objeto indireto.
- (B) sujeito e predicativo.
- (C) predicativo e objeto direto.
- (D) predicativo e predicativo.
- (E) sujeito e adjunto adverbial.

Letra c.

Na primeira ocorrência do vocábulo “outro”, esta palavra exerce a função sintática de predicativo do sujeito “meu dono”. Note-se que o predicativo do sujeito é o termo da oração que atribui uma característica, uma propriedade, um estado ao sujeito. Já na segunda ocorrência da palavra “outro”, ela exerce função sintática de objeto direto da forma verbal “mordi”, pois *quem morde, morde algo ou alguém*. Por essa razão, a alternativa correta é a letra **c**.

03. A relação lógico-semântica estabelecida no período “Quando meu dono bebe vira outro” é a de

- (A) finalidade.
- (B) causa.
- (C) tempo.
- (D) concessão.
- (E) consecução.

Letra c.

(A) A finalidade introduz, geralmente, orações subordinadas adverbiais finais e equivale a **para que, a fim de que**. Por exemplo: *Estudemos a fim de que sejamos aprovados* (sermos aprovados é a finalidade de estudarmos).

(B) A causa necessariamente pede uma consequência expressa no contexto. Observe-se o sentido da oração destacada: *O povo vibrou porque a proposta foi excelente* (a proposta ter sido boa é a causa de o povo ter vibrado).

(C) Alternativa correta. No trecho “Quando meu dono bebe, vira outro”, a relação lógico-semântica estabelecida é temporal. Lembre-se: os principais conectivos temporais são: **quando, enquanto, assim que, logo que, depois que, eis que**.

(D) A concessão exprime uma ideia de oposição, exceção, como se pode observar na seguinte construção: *Embora a moça fosse menor de idade, foi à festa para maiores de 18 anos* (note-se que a idade da moça não impediu de entrar na festa, pois há uma exceção, oposição de ideias). Todavia, não há essa relação de oposição no enunciado da questão.

(E) A consequência, ao contrário da causa, indica o efeito ou a consequência para uma causa que se encontra na oração principal. Atente-se ao exemplo seguinte: *A proposta foi tão boa que o povo vibrou* (o povo ter vibrado é a consequência de uma proposta boa).

04. Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao que se afirma abaixo.

- (A) A expressão o outro, em mordi o outro, indica que esse outro já foi mencionado.
- (B) Em “Pit Bull morde dono que bebeu”, o elemento que é conjunção integrante.
- (C) A forma verbal bebe está conjugada no tempo presente do modo indicativo.
- (D) A forma verbal morde está no tempo presente do modo indicativo.
- (E) A forma verbal bebeu está no tempo pretérito perfeito do modo indicativo.

Letra b.

A única alternativa incorreta é a letra **b**, pois a partícula “que” é um pronome relativo. Observe-se que tal pronome pode ser substituído pela forma **o qual**.

DICA IMPORTANTE

A palavra QUE pode pertencer a várias categorias gramaticais, exercendo diversas funções sintáticas. No entanto, trataremos de apenas dois casos bastante pertinentes em provas de concursos.

Pronome relativo: faz referência ao termo (substantivo ou nome com valor de substantivo) dito anteriormente no contexto (função anafórica), ao mesmo tempo em que serve de conectivo subordinativo entre orações. Geralmente, introduz **oração subordinada adjetiva** e nela desempenha função substantiva. Nesse caso, a partícula QUE pode ser substituída por **o qual, a qual, os quais, as quais**.



Ex.: Deve-se punir o político que age de má-fé (político **o qual**)

Conjunção integrante: introduz **oração subordinada substantiva**. Ressalte-se, ainda, que se pode substituir a oração introduzida pela conjunção integrante pelo pronome demonstrativo **isso** ou pelas contrações **disso** e **nisso**, sem prejudicar a correção gramatical do texto.

Ex.: É imprescindível que estude bastante para ser aprovado (**isso** é imprescindível).

05. Não é sinônima para a palavra probo a expressão

- (A) honesto.
- (B) honrado.
- (C) reto.
- (D) justo.
- (E) ordinário.

Letra e.

O vocábulo “probo” tem o mesmo sentido que as seguintes palavras: “honesto”, “honrado”, “reto” e “justo”. Portanto, o único item em que a palavra não é sinônima de “probo” é a letra **e**. Observe-se, ainda, que o vocábulo “ordinário” significa *improbo, desonesto*, ou seja, é antônimo da palavra “probo”.

06. O humor da charge consiste

- (A) no emprego da palavra bullying.
- (B) em todos serem corruptos menos ele.
- (C) em haver ironia nos insultos dos políticos.
- (D) em ainda haver políticos idôneos.
- (E) no emprego de palavrões pelos políticos.

Letra a.

O humor da charge está empregado na palavra “bullying”, pois tal vocábulo significa agressões verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, exercidas sobre os mais fracos, com o objetivo de ameaçar, tiranizar, oprimir, intimidar, humilhar ou maltratar. Note-se que o político é agredido verbalmente pelos cidadãos por ser “ético”, “incorruptível”, “probo”. Isso demonstra uma ironia, ou seja, consiste em dizer o contrário do que as palavras realmente significam. Dessa forma, a resposta correta é o item **a**.

07. Em “A cura do envelhecimento”, a expressão “do envelhecimento” funciona como

- (A) complemento nominal.
- (B) agente da passiva
- (C) adjunto adnominal.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) objeto indireto.

Letra a.

No trecho “A cura do envelhecimento”, o substantivo abstrato “cura” tem o sentido completado pela expressão “do envelhecimento”, que exerce função sintática de complemento nominal. Por conseguinte, a resposta correta é a letra **a**.

DICA IMPORTANTE

Complemento nominal é o termo que se relaciona a nomes de sentido incompleto para completá-los. Não se deve confundir o complemento nominal com o objeto indireto. A diferença essencial é que o objeto indireto é iniciado por uma preposição e completa o sentido de verbos, enquanto o complemento nominal é iniciado por uma preposição e completa o sentido de nomes.

O complemento nominal tem as seguintes características fundamentais:

- a) começa sempre com uma preposição;
- b) está subordinado apenas a substantivos abstratos (aquele que designa ações verbais, sentimentos humanos e existência de características), adjetivos e advérbios.

Ex.:

Estamos insatisfeitos com o atual cenário político. (insatisfeito = nome incompleto; com o atual cenário político = complemento nominal).

Agui favoravelmente à Lei de Responsabilidade Fiscal. (favoravelmente = nome incompleto; à Lei de Responsabilidade Fiscal = complemento nominal).

08. Assinale a palavra grafada corretamente.

- (A) Contemporâneidade.
- (B) Irônica.
- (C) Mitologia.
- (D) Próximidade.
- (E) Demênte.

Letra b.

(A) As paroxítonas (palavras cuja penúltima sílaba é a mais forte) finalizadas em **-a**, **-e**, **-o** (seguidas ou não de **-s**) e **-em**, **-ens** NÃO recebem o acento gráfico, a não ser que terminem em ditongo. O termo “contemporaneidade” é uma paroxítona terminada em **-e**, logo não pode ser acentuada. Lembrando que o acento inserido pela questão na palavra é totalmente equivocado.

(B) Alternativa correta. A palavra “irônica” foi escrita corretamente. Este vocábulo é uma proparoxítona (palavras cuja antepenúltima sílaba é a mais forte), pois se sabe que todas as proparoxítonas devem ser acentuadas.

(C) A palavra “mitologia” é uma oxítona finalizada em ditongo; então não pode receber o acento gráfico. Lembre-se: apenas as oxítonas finalizadas



em **-a, -e, -o** (seguidas ou não de **-s**) e **-em, -ens** é que podem ser acentuadas graficamente. Por conseguinte, este item está incorreto.

(D) O vocábulo “proximidade” é uma paroxítona terminada na vogal **-e**. Logo, não pode ser acentuada de forma nenhuma.

(E) Da mesma forma do item anterior, a palavra “demente” é uma paroxítona terminada na vogal **-e**. Sendo assim, não deve ser acentuada graficamente.

09. Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma abaixo.

- (A) Em “Os nativos de Porto Rico, onde Ponce havia criado uma colônia...”, a expressão “onde” pode ser substituída pela expressão **em que**.
- (B) Em “A busca pela imortalidade e pela juventude eterna sempre fascinou...”, a forma verbal “fascinou” pode ser flexionada no plural para concordar com imortalidade e juventude.
- (C) Em “Como Ponce de Leóns contemporâneos, os cientistas do século 21 vêm perseguindo...”, a forma verbal “vêm” pode ser escrita **vem**.
- (D) Em “Os avanços da área biológica que surgem nesse começo de século indicam...”, a forma verbal “surgem” pode ser flexionada no singular para concordar com área biológica.
- (E) Em “Assim, mesmo que evitemos o ataque cardíaco, outros problemas vão nos pegar”, a expressão “mesmo que” pode ser substituída por **ainda que**.

Letra e.

(A) O pronome relativo “onde” retoma o termo antecedente, que traduz ideia de lugar. Quando não houver a indicação de lugar espacial, deve-se preferir o uso de **em que, no qual** (e suas flexões **na qual, nos quais, nas quais**). Já que a expressão “Porto Rico” designa um lugar, o pronome correto é o “onde”. Por essa razão, a assertiva está incorreta.

(B) O núcleo do sujeito da forma verbal “fascinou” é a palavra “busca”. Para haver a concordância correta, o verbo deve continuar no singular, concordando com o sujeito.

(C) Lembre-se: a forma verbal “vem”, sem o acento circunflexo, é de terceira pessoa do singular; enquanto a forma verbal “vêm”, com acento circunflexo, é de terceira pessoa do plural. Como o sujeito “os cientistas” do verbo **vir** está no plural, o verbo necessariamente deve permanecer no plural.

(D) Observe-se que o núcleo do sujeito da forma verbal “surgem” é a palavra “avanços”. Para que se mantenha a concordância correta, o verbo deve continuar no plural, concordando com o sujeito.

(E) Os conetivos “mesmo que” e “ainda que” têm mesmo valor semântico de concessão. Lembre-se:

a concessão indica que o fato expresso na oração principal independe de quaisquer condições e poderá ocorrer em condições adversas. Portanto, esta é a resposta certa.

10. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) a quantidade de internações involuntárias em São Paulo é muito maior do que as notificações legais, pois há muitas clínicas irregulares que não fazem a notificação obrigatória.
- (B) a internação involuntária de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas sempre foi legal no Brasil, desde que com o consentimento de um dos familiares.
- (C) a internação involuntária deve ser notificada ao Ministério Público Federal em um prazo mínimo de 72 horas e restringe-se aos casos de internações relacionadas à dependência de álcool e drogas.
- (D) as internações involuntárias notificadas decorrentes de transtornos psíquicos ocorrem somente entre jovens e adolescentes, sendo os últimos a grande maioria.
- (E) para que a internação de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas seja legal, basta a solicitação por parte de um familiar que apresente laços consanguíneos.

Letra a.

(A) Com base no trecho “Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado. ‘Isso ocorre porque as clínicas clandestinas que afirmam tratar de dependentes químicos proliferam-se no Estado. Elas não fazem a notificação obrigatória quando recebem um paciente internado de forma involuntária porque são irregulares, não têm estrutura física ou médica e, muitas vezes, nem tratamento oferecem’”. A assertiva está certa.

(B) Segundo o que se afirma no trecho “a medida é considerada legal em todo o país desde abril de 2001, a partir da publicação da Lei 10.216, que permite que parentes de sangue optem pelo tratamento mesmo sem consentimento do paciente”, o item está incorreto.

(C) Conforme as informações contidas no trecho “Os dados são do Ministério Pùblico Estadual, que deve ser notificado quando a internação involuntária ocorre mediante aprovação da família em um prazo máximo de 72 horas”, a alternativa está errada.

(D) A partir do que se afirma no seguinte trecho “Na lista, há relatos de transtornos causados por crack, cocaína, heroína e maconha entre usuários de até 60 anos, incluindo adolescentes”, o item está incorreto.



(E) Segundo a afirmação do trecho “a legalidade da internação, no entanto, depende da apresentação de um laudo médico, assinado por um psiquiatra”, a assertiva também é errada.

11. “Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não...”

O termo destacado no fragmento acima é empregado como

- (A) conjunção coordenativa.
- (B) pronome apassivador.
- (C) palavra expletiva.
- (D) índice de indeterminação do sujeito.
- (E) conjunção integrante.

Letra e.

DICA IMPORTANTE

FUNÇÕES DA PARTÍCULA SE

1. ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: conhecido também como **pronome imensoalizador**, símbolo de indeterminação do sujeito, ou ainda como **pronome indeterminador do sujeito**, sempre aparece junto ao verbo intransitivo, transitivo indireto ou de ligação. Pode até aparecer junto ao verbo transitivo direto, contanto que o objeto direto venha preposicionado. Como o próprio nome já diz, quando exerce essa função, a palavra SE indetermina ou não indica o sujeito da oração. Esse tipo de oração não admite a transposição para a voz passiva analítica, e o verbo ficará sempre na 3^a pessoa do singular.

Ex.:

Vive-se bem naquele país. (V.I.)

Necessita-se de ética na política. (V.T.I.)

É-se infeliz neste país? (V.L.)

Respeitou-se às normas. (V.T.D. + O.D. preposicionado)

2. PARTÍCULA APASSIVADORA OU PRONOME APASSIVADOR: apresenta-se na formação da voz passiva sintética, com verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos; com verbos transitivos indiretos, intransitivos ou de ligação, não há possibilidade de caracterizar a partícula apassivadora. Na prática, a frase pode ser transposta para a voz passiva analítica (com locução verbal).

Ex.:

Vendem-se carros seminovos. (= Carros seminovos são vendidos)

Entregou-se a medalha ao atleta que obteve o melhor desempenho. (= A medalha foi entregue ao atleta que obteve o melhor desempenho)

3. PRONOME REFLEXIVO (função morfológica): indica que a ação praticada pelo sujeito recai sobre o próprio sujeito (voz reflexiva). É substituível por **a si mesmo, a si próprio**.

Ex.:

Localize-se no mapa. (= Localize a si próprio)

O cozinheiro cortou-se durante o preparo do jantar.
 (= O cozinheiro cortou a si mesmo)

4. PRONOME REFLEXIVO RECÍPROCO (função morfológica): indica que a ação praticada por um dos elementos do sujeito recai sobre o outro elemento do sujeito e vice-versa. Na prática, é substituível por **um ao outro, uns aos outros**.

Ex.:

Argentinos e brasileiros deram-se as mãos afetuosamente. (= Deram as mãos um ao outro)

5. PARTE INTEGRANTE DO VERBO: existem verbos que são essencialmente pronominais, ou seja, são sempre apresentados e conjugados com o pronome. Não deve confundi-los com os verbos reflexivos, que são acidentalmente pronominais. Os verbos pronominais geralmente se referem a sentimentos e fenômenos mentais: **lembrar-se, queixar-se, admirar-se, orgulhar-se, arrepender-se, tornar-se** etc.

Ex.:

As sociedades democráticas não se indignam com mais nada.

Os cidadãos queixaram-se do comportamento de alguns deputados.

6. PARTÍCULA EXPLETIVA OU DE REALCE: o SE é considerado partícula expletiva ou de realce quando ocorre, principalmente, ao lado de verbos intransitivos, de movimento ou que exprimem atitudes da pessoa em relação ao próprio corpo (sorrir-se, rir-se, ir-se, partir-se, chegar-se e outros.), em construções em que não apresenta nenhuma função essencial para a compreensão da mensagem. Trata-se de um recurso estilístico, um reforço de expressão. Pode ser retirado, portanto, sem qualquer prejuízo sintático.

Ex.:

Acabou-se a confiança nos representantes públicos.

Lá se vai mais um político improbo.

Os convidados já se foram embora.

7. CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA INTEGRANTE: inicia orações subordinadas substantivas (subjativa, objetiva direta, objetiva indireta, completiva nominal, predicativa e apositiva). Nota-se, ainda, que se pode substituir a oração introduzida pela conjunção integrante pelo pronome demonstrativo **isso** ou pelas contrações **disso** e **nisso**, sem prejudicar a correção gramatical do texto.



Ninguém sabe se Lula será candidato nas próximas eleições. (= Ninguém sabe **isso**)

Não sabemos se a economia crescerá no futuro. (= Não sabemos **isso**)

8. CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CONDICIONAL: introduz as orações subordinadas adverbiais condicionais. Essas orações exprimem a condição necessária para que se realize ou deixe de realizar o fato expresso na oração principal. Essa relação também se pode dar num nível hipotético.

Ex.:

*O processo jurídico será devolvido se o juiz quiser.
Se não chover, Dilma partirá hoje à noite.*

Com base no que foi explicado na dica importante anterior, a partícula SE destacada no seguinte trecho “Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não [...]” é uma conjunção integrante. Observe que a partícula SE pode ser substituída pelo pronome demonstrativo **isso** (= Enquanto se discute **isso**). Por conseguinte, a resposta correta é a alternativa e.

12. Assinale a alternativa que apresenta o par correto quanto à grafia e acentuação.

- (A) Válido – validade.
- (B) Público – publicidade.
- (C) Psiquiátria – psiquiátrico.
- (D) Heroico – herói.
- (E) Família – familiar.

Letra d.

(A) O vocábulo “válido” é acentuado por ser uma proparoxítona (palavra cuja antepenúltima sílaba é a mais forte), pois todas as proparoxítonas devem ser acentuadas. Já a palavra “validade” foi grafada de forma incorreta, porque se trata de uma paroxítona (palavra cuja penúltima sílaba é a mais forte) finalizada em -e. Lembre-se de que as paroxítonas terminadas em -a, -e, -o (seguidas ou não de -s) e -em, e -ens NÃO recebem acento gráfico, a não ser que terminem em ditongo. Sendo assim, este item está incorreto.

(B) Assim como no item anterior, a palavra “público” deve ser acentuada por se tratar de uma proparoxítona, e o vocábulo “publicidade” está acentuado de forma incorreta, visto que é uma paroxítona terminada em -e, a qual não pode receber o acento gráfico. Logo, esta assertiva também está errada.

(C) A palavra “psiquiatria” não pode ser acentuada, pois é uma paroxítona finalizada em -a (*vide* comentário do item a). Já o vocábulo “psiquiátrico” está grafado de forma correta, já que é um proparoxítono. No entanto, esta assertiva é incorreta.

(D) Com o novo acordo ortográfico, desaparece o acento dos ditongos abertos éi e ói dos vocábulos paroxítonos (palavras cuja penúltima sílaba é a mais forte); no entanto será mantido o acento naquelas palavras que são oxítonas (palavras cuja última sílaba é a mais forte). Esta, portanto, é a resposta correta.

(E) O vocábulo “família” é acentuado por ser uma paroxítona terminada em ditongo, enquanto a palavra “familiar” não pode receber o acento gráfico, pois se trata de uma oxítona finalizada em -r. Lembre-se: apenas as oxítonas finalizadas em -a, -e, -o (seguidas ou não de -s) e -em, -ens é que recebem o acento gráfico. Por conseguinte, este item está incorreto.

13. “A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas.”

A expressão destacada, no fragmento acima, funciona como

- (A) objeto direto.
- (B) complemento nominal.
- (C) predicativo.
- (D) objeto indireto.
- (E) sujeito.

Letra b.

No trecho “A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas”, o substantivo abstrato “relação” tem sentido incompleto. A expressão “com o uso de álcool e drogas” pratica a ação de completar o sentido desse substantivo; logo, essa expressão se trata de um complemento nominal.

DICA IMPORTANTE

Complemento nominal é o termo que se relaciona a nomes de sentido incompleto para completá-los. Não se deve confundir o complemento nominal com o objeto indireto. A diferença essencial é que o objeto indireto é iniciado por preposição e completa o sentido de verbos, enquanto o complemento nominal é iniciado por uma preposição e completa o sentido de nomes.

O complemento nominal tem as seguintes características fundamentais:

- começa sempre com uma preposição;
- está subordinado apenas a substantivos abstratos (aqueles que designam ações verbais, sentimentos humanos e existência de características), adjetivos e advérbios.

Ex.:

Estamos insatisfeitos com o atual cenário político (insatisfeitos = nome incompleto; com o atual cenário político = complemento nominal).



Agiu favoravelmente à Lei de Responsabilidade Fiscal (favoravelmente = nome incompleto; à Lei de Responsabilidade Fiscal = complemento nominal).

14. “....Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado.” A expressão destacada, no fragmento acima, expressa
 (A) contraste.
 (B) explicação.
 (C) alternância.
 (D) conclusão.
 (E) adição.

Letra c.

A conjunção “ou” destacada no trecho tem a função de exprimir alternância e correlação entre as orações. Por essa razão, a assertiva correta é a letra c.

DICA IMPORTANTE

As conjunções coordenadas se dividem em cinco tipos:

- a) **Aditivas**, as quais exprimem uma ideia de soma, adição: *O trabalho gera riqueza e produz alegria*.
- b) **Adversativas**, as quais expressam uma ideia de aparente oposição ou contradição: *Estudei muito, porém fui reprovado*.
- c) **Alternativas**, as quais relacionam elementos excludentes, isto é, indicam alternância de fatos ou ideias: *quer queiras, quer não queiras, irás comigo; Ou tudo, ou nada*.
- d) **Conclusivas**, as quais exprimem ideia de conclusão ou consequência: *O governador está fazendo um bom trabalho, portanto merece respeito*.
- e) **Explicativas**, as quais justificam a ideia contida na oração anterior: *Não vá embora, pois o professor já está chegando*.

15. “Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos.” A relação lógico-semântica estabelecida pela oração destacada no período acima é a de
 (A) causa.
 (B) consequência.
 (C) tempo.
 (D) conclusão.
 (E) concessão.

Letra c.

(A) A causa necessariamente pede uma consequência expressa no contexto. Observe-se o sentido da oração destacada: *O povo vibrou porque a proposta foi excelente* (a proposta ter sido boa é a causa de o povo ter vibrado).

(B) A consequência, ao contrário da causa, indica o efeito ou a consequência para uma causa que se encontra na oração principal. Atente-se ao exemplo seguinte: *A proposta foi tão boa que o povo vibrou* (o povo ter vibrado é a consequência de uma boa proposta).

(C) Certo. Note-se que a expressão destacada no trecho “Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos” pode ser claramente substituída pela seguinte forma “quando conta outras doenças psiquiátricas”. Observe-se que há um valor temporal expresso na oração; por isso, esta é a assertiva correta.

DICA IMPORTANTE

Contração **ao** + infinitivo = tempo: *Ao chegar, devolva-me os passaportes*.

Preposição **por** + infinitivo = causa: *Por chegar tarde, foi demitido*.

Preposição **para** + infinitivo = finalidade: *Para chegar a tempo, corra*.

Locução prepositiva **apesar de** + infinitivo = concessão: *Apesar de ter acordado cedo, chegou atrasado*.

(D) A conclusão denota a consequência lógica de um fato anterior expresso no contexto. Atente-se ao sentido da oração destacada: Maria estudou muito. Sendo assim, será bem-sucedida na vida (Maria ser bem-sucedida na vida é a conclusão, consequência de ela ter estudado).

(E) A concessão indica que o fato expresso na oração principal independe de quaisquer condições e poderá ocorrer em condições adversas. Observe-se o sentido da oração destacada: *Embora tenha realizado um bom trabalho, o ministro renunciou ao cargo* (note-se que há duas ideias contrárias, em que a primeira exprime uma exceção).

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16. Segundo o Código de Ética do TRT 1ª Região, a Comissão de Ética deverá comunicar a instauração do processo ao envolvido, com imediata ciência ao:
 (A) Presidente do Tribunal e Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
 (B) Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.
 (C) Presidente do Tribunal, Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.



- (D) Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
- (E) Presidente do Tribunal, quando se tratar de qualquer servidor.

Letra b.

Segundo o Código, o Presidente do Tribunal será cientificado de processo instaurado apenas de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1. Já sobre os demais servidores, o Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência é que serão informados, observada a hierarquia a que estão vinculados.

17. Considerando a composição do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Tribunal compõe-se de cinquenta e cinco Desembargadores.
- (B) Cada Desembargador terá dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- (C) Haverá um gabinete para cada Desembargador, com lotação aprovada pelo Órgão Especial.
- (D) As vagas de Desembargador no TRT da 1ª Região serão preenchidas pela promoção de Juízes do Trabalho e nomeação de membros do Ministério Público do Trabalho e de advogados.
- (E) No preenchimento das vagas para promoção de Juízes substitutos e para o acesso de Juízes titulares, serão observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

Letra a.

O TRT 1ª Região é composto por 54 Desembargadores.

18. Sobre os órgãos que compõem o TRT 1ª Região, assinale a alternativa correta quanto ao Órgão Especial.

- (A) O Órgão especial é composto por 24 Desembargadores.
- (B) Tem composição exclusiva entre Desembargadores mais antigos do Tribunal.
- (C) O seu Presidente será o Desembargador mais antigo que o compõe.
- (D) O Presidente do Órgão Especial será substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Presidente, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão.

- (E) Dentre outras, tem a competência para deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura da carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal.

Letra e.

Art. 15, inciso VII, do Regimento Interno.

19. Sobre as Seções Especializadas previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por 11 (onze) Desembargadores.
- (B) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SEDIC é constituída por 11 (onze) Desembargadores, nela figurando, como membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.
- (C) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) é por 14 (quatorze), já incluído o Presidente da Seção.
- (D) A Presidência das Seções Especializadas é exercida pelo Desembargador indicado pelo Presidente do TRT 1ª Região.
- (E) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão, desde que não seja Presidente de Turma.

Letra e.

A Presidência da Seção de Dissídios Coletivos é exercida pelo Presidente do TRT, e o Presidente da Seção de Dissídios Individuais é eleito pelo Tribunal Pleno.

20. Sobre as decisões e o acórdão dos órgãos colegiados, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.
- (B) As decisões serão tomadas pela maioria de votos, salvo nas hipóteses em que haja exigência de *quorum* qualificado.
- (C) Constarão do acórdão a espécie, o número do feito, os nomes das partes, a exposição dos fatos ou a remissão ao relatório em que foram expostos os fundamentos da decisão e as suas conclusões, discriminando-se, se for o caso, as questões preliminares ou prejudiciais apreciadas no julgamento e consignando-se a eventual existência de votos vencidos, com indicação sucinta da respectiva conclusão.



- (D) Digitado o acórdão e colhidas as necessárias assinaturas, o gabinete do magistrado redator providenciará a sua publicação ou a intimação, se for o caso.
- (E) As atas das sessões serão lavradas exclusivamente pelos Presidentes dos órgãos colegiados.

Letra e.

Conforme o art. 161 do Regimento Interno, "as atas das sessões serão lavradas pelos respectivos secretários e nelas será resumido com clareza o quanto se haja passado na sessão".

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. A Lei n. 7.853/1989 trouxe em seu texto a concepção de assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos e constituiu um importante normativo naquele momento histórico. Para isso, foram enumeradas várias medidas a fim de garantir a integração da pessoa portadora de deficiência, dentre elas:

- (A) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos e privados de ensino.
- (B) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito e de tratamento adequado a suas vítimas.
- (C) a garantia de atendimento domiciliar de saúde a qualquer deficiente não internado.
- (D) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em qualquer nível escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados educandos portadores de deficiência.
- (E) a matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

Letra b.

- (A) A oferta obrigatória e gratuita é somente nos estabelecimentos públicos de ensino.
- (B) Certo. Art. 2º, II, b.
- (C) A garantia de atendimento domiciliar de saúde somente ao deficiente grave não internado.
- (D) Lembre-se de que existe prazo. O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência.

(E) A matrícula é compulsória. Matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

22. Antônio tem 17 anos de idade e é portador de necessidade especial. Sua mãe, Renata, compareceu ao Ministério Público do Rio de Janeiro e questionou vários dos direitos que estão ligados à garantia de integração de seu filho, previstos na Lei n. 7.853/1989. Nesse sentido, é correto afirmar que Antônio terá direito, na área

- (A) de recursos humanos, à formação de professores de nível superior para atuar na Educação Especial.
- (B) das edificações, à adoção e à efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações, que evitem ou removam os óbices e permitam o acesso a edifícios, a logradouros, sendo desnecessária a adaptação dos meios de transporte.
- (C) da formação profissional e do trabalho, a que o Estado promova ações eficazes que propiciem a inserção, de pessoas portadoras de deficiência, apenas no setor público.
- (D) da educação, aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.
- (E) da saúde, à promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da pessoa com deficiência.

Letra d.

- (A) A medida disposta na lei traz a concepção de formação em nível médio para os professores.
- (B) A adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e inclusive nos meios de transporte.
- (C) A promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência.
- (D) Certo.
- (E) Essa descrição é da Lei Brasileira da Inclusão – promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança.

23. Nos termos da Lei Federal n. 13.146/2015, a pessoa com deficiência, EXCETO:

- (A) tem direito a atenção integral à saúde, em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
- (B) possui direito ao processo de habilitação e de reabilitação.
- (C) não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- (D) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- (E) tem direito a receber atendimento prioritário.

Letra d.

A única opção errada é a letra d. A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

24. De acordo com a Lei n. 13.146/2015 e a Resolução n. 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, esses dois normativos consideram a perspectiva da inclusão e traz regramento para a sociedade, em especial para os tribunais. Considere as afirmativas abaixo e assinale a correta.

- (A) Servidor com horário especial não poderá exercer cargo em comissão, em função de sua onerosidade.
- (B) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.
- (C) Como forma de correção de injustiças, deve ser imposta à pessoa com deficiência a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, sob pena de responsabilidade por omissão.
- (D) Cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro, com atualização a cada 6 meses.
- (E) A concessão de horário especial constitui tratamento diferenciado e pode ser compreendida como atitude discriminatória.

Letra b.

(A) Ao servidor a quem se tenha concedido horário especial não poderá ser negado ou dificultado, colocando-o em situação de desigualdade com os demais servidores, o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.

(B) Certo.

- (C) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (D) Cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro. A atualização do cadastro deve ser permanente, devendo ocorrer uma revisão detalhada uma vez por ano.
- (E) A concessão de horário especial, conforme o art. 98, § 2º, da Lei n. 8.112/1990, a servidor com deficiência não justifica nenhuma atitude discriminatória.

25. Dentre os direitos que possui uma pessoa com necessidades especiais, é incorreto afirmar que

- (A) os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos e privados deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
- (B) em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.
- (C) os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de, no mínimo, cinco espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.
- (D) os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atenderem aos requisitos de acessibilidade.
- (E) os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Letra c.

A única alternativa incorreta é a letra C, visto que na lei não há informação desse quantitativo de reserva de assentos. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor



de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Considerando a imagem ilustrativa abaixo, assinale a alternativa correta.



- (A) A imagem refere-se ao menu Iniciar do Windows 7.
- (B) Pela imagem, percebe-se que há uma mensagem da Central de Ações ainda não lida pelo usuário.
- (C) Não é possível identificar por meio da imagem se o computador está conectado a alguma rede.
- (D) O áudio do computador está desativado.
- (E) A imagem indica que o computador será reiniciado automaticamente após a atualização do Windows ser instalada.

Letra b.

O último ícone à direita, que é um balão de mensagem, indica, com o número 1, que há uma notificação para o usuário e, como o ícone está preenchido, essa mensagem ainda não foi lida. Essa imagem é a Área de Notificações da Barra de Tarefas do Windows.

27. Em relação aos conceitos de internet e redes de computadores, analise as assertivas a seguir.

- I – O protocolo IP é o responsável por identificar as redes da internet por meio de endereços IP.
- II – Os webmails utilizam o protocolo SMTP para o envio das mensagens eletrônicas.
- III – O protocolo de transporte utilizado para videoconferências é o UDP.

Estão corretas apenas as assertivas:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

Letra e.

O protocolo IP identifica as redes de dados da internet por meio do endereço IP. Os webmails são serviços de e-mails em páginas web, os quais enviam as

mensagens por meio do protocolo SMTP. O UDP é o protocolo de transporte em tempo real, o qual é muito usado em serviços como videoconferências e ligações VoIP.

28. Em relação à lixeira do Windows, considerando as configurações padrão do sistema Windows, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao se pressionar a tecla DELETE, havendo um arquivo selecionado, este será excluído permanentemente do computador.
- (B) Ao se esvaziar a lixeira do Windows, os arquivos nela armazenados serão excluídos permanentemente.
- (C) Não é possível determinar o tamanho máximo de armazenamento da lixeira do Windows.
- (D) Ao se restaurar um arquivo da lixeira, este será transferido para a Área de Trabalho.
- (E) Não é possível excluir os arquivos sem a confirmação de exclusão.

Letra b.

Nas configurações padrão do Windows, a exclusão de um arquivo significa enviá-lo para a lixeira, sendo possível fazê-lo ao pressionar a tecla DELETE com um arquivo selecionado, arrastando o arquivo para o ícone da lixeira ou clicando com o botão direito do mouse sobre o arquivo e em Excluir. A lixeira do Windows permite configurar seu tamanho máximo de armazenamento, bem como se haverá confirmação ou não de exclusão, que é a configuração padrão. Ao se restaurar um arquivo da lixeira, este é transferido para seu local de origem antes de ter sido excluído.

29. Para se calcular a média aritmética dos valores do intervalo das células A1 até B3, assinale qual fórmula o usuário deve utilizar:

- (A) =SOMA(A1:B3)/CONT.NÚM(A1:B3)
- (B) =MÉDIA(A1:B3)
- (C) =A1+A2+A3+B1+B2+B3/6
- (D) =MED(A1:B3)
- (E) =SOMASE(A1:B3;6)

Letra a.

A média aritmética é calculada pela soma dos valores numéricos dividida pela quantidade desses valores numéricos. É importante ressaltar que são valores numéricos, inclusive o zero, pois, se houver outros valores no intervalo de células, estes serão descartados. Assim, o cálculo terá como numerador a soma – SOMA(A1:B3) – e como denominador a quantidade de valores numéricos, a qual é calculada pela fórmula CONT.NÚM(A1:B3).

- 30. Os malwares são pragas digitais que comprometem o funcionamento dos sistemas, acarretando, muitas vezes, perdas de dados e até mesmo fraudes financeiras. A respeito da ameaça Bot, assinale a alternativa correta.**
- (A) É um vírus que corrompe os arquivos do usuário, impedindo o carregamento do sistema operacional.
- (B) É recebido com um aplicativo útil, porém é um disfarce para o envio de outras ameaças, como vírus, Worms e Spywares.
- (C) É um Worm evoluído que recebeu incrementos de comunicação, permitido ao atacante se conectar a ele e enviar comandos remotamente.
- (D) Captura as teclas digitadas pelo usuário no teclado físico.
- (E) É um golpe que direciona o usuário para uma página fraudulenta, visando furtar seus dados sigilosos.

Letra c.

O item A diz respeito ao vírus de boot. O item B trata do Cavalo de Troia. O item D está se referindo ao Keylogger. O item E refere-se ao golpe de phishing.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 31. Em relação ao Poder Judiciário, seus tribunais e magistrados, assinale a opção correta.**
- (A) É possível a remoção de juiz – bem como a decretação de sua disponibilidade ou aposentadoria –, por interesse público, mediante decisão da maioria simples do respectivo tribunal ou do CNJ.
- (B) Apenas desembargadores de carreira podem concorrer às vagas reservadas no STJ aos integrantes dos tribunais de justiça e TRFs; excluídos, portanto, os desembargadores alçados aos tribunais pelo quinto constitucional.
- (C) Compete à Justiça Comum dirimir as controvérsias instauradas entre pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta e seus empregados, cuja relação é regida pela CLT.
- (D) O juiz de primeiro grau adquire vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo; depois disso, ele só perderá o cargo mediante deliberação da maioria simples do tribunal a que estiver vinculado ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) Somente depois de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração ou aposentadoria poderá o juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.

Letra e.

A remoção, a disponibilidade e a aposentadoria, por interesse público, dependem de decisão de maioria absoluta do Tribunal ou do CNJ, na forma do inciso VIII do artigo 93.

O Supremo entende que os Desembargadores dos Tribunais de Justiça, bem como os juízes dos TRFs que ingressaram nesses respectivos tribunais por meio do quinto constitucional, podem concorrer às vagas do STJ reservadas aos integrantes daqueles tribunais.

Compete à Justiça do Trabalho dirimir as controvérsias instauradas entre pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta e seus empregados, cuja relação é regida pela CLT.

Nos termos do inciso I do artigo 95, é garantida ao juiz a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

- 32. De acordo com a jurisprudência do STF acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.**

- (A) Entidade de classe somente pode impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados se for por eles expressamente autorizada.
- (B) O aproveitamento, em processo administrativo disciplinar, de prova licitamente obtida mediante interceptação telefônica autorizada judicialmente em investigação criminal ou ação penal é inconstitucional.
- (C) O cancelamento de naturalização obtida pela via administrativa somente pode ser feito mediante processo judicial.
- (D) Os direitos e garantias fundamentais restringem-se àqueles expressamente previstos em seu rol de direitos e garantias individuais e coletivos, não abrangendo, portanto, os denominados direitos políticos.
- (E) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

Letra c.

Conforme a jurisprudência do STF, os legitimados à impetração do mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX) atuam como substitutos processuais, dispensando-se, em virtude disso, autorizações individuais expressas para a propositura da ação mandamental.

Embora não possa haver interceptação telefônica no processo administrativo, o STF admite o empréstimo de provas do processo penal para o administrativo.



A enumeração constitucional dos direitos e garantias fundamentais é exemplificativa. Em face disso, abrange os direitos constantes do Título II (art. 5º a 17). Direitos previstos fora desse catálogo (ex. art. 225) e direitos previstos até mesmo fora da Constituição, na forma do § 2º do artigo 5º.

Nos termos da Súmula Vinculante 18, a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, **não** afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

- 33. O Presidente da República, mediante decreto, delegou aos Ministros de Estado e ao Procurador-Geral da República a competência para, após processo administrativo disciplinar, aplicar a penalidade de demissão a servidor público federal.**

Com referência a essa situação hipotética e com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- (A) As competências conferidas pelo texto da CF ao Presidente da República são indelegáveis, motivo por que o decreto em apreço é inconstitucional.
- (B) Considerando que, na hipótese em tela, o Presidente da República agiu como chefe de Estado, a referida delegação não poderia ocorrer, no âmbito estadual, do governador para os secretários estaduais.
- (C) O referido decreto está de acordo com a CF, pois a possibilidade de delegação da competência para prover cargos públicos federais abrange também a competência para demitir o servidor público.
- (D) O decreto citado violou a CF, pois só há previsão de delegação para provimento de cargos públicos federais, e não para hipóteses de demissão.
- (E) De acordo com o texto da CF, a referida delegação pode, sim, ser feita aos Ministros de Estado, mas não pode ser estendida ao Procurador-Geral da União. Por isso, o decreto em questão padece do vício de inconstitucionalidade.

Letra c.

Nos termos do parágrafo único do artigo 84, o Presidente da República **poderá, como chefe de governo**, delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos *Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União*, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Destaca-se que, segundo o STF, a competência para prover (nomear) cargo público abrange, também, o desprovimento (demissão).

- 34. Considere a seguinte situação hipotética e marque a opção correta.**
- Na ausência de lei federal sobre um determinado tema, de competência legislativa concorrente, em 2000, o Estado do Rio de Janeiro exerceu sua competência legislativa em matéria de proteção e defesa da saúde, nos termos da Constituição Federal, editando lei estadual que proibiu o uso de determinada substância no território estadual. Em 2007, a União editou lei federal que regulou o uso dessa mesma substância, permitindo-o, ainda que de forma restrita. No entanto, a lei federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Não foi suspensa a aplicação da norma federal, no entanto ela foi declarada inconstitucional, em 2018. Com isso, a lei estadual deve ser considerada**
- (A) inválida, pois, no âmbito da competência legislativa concorrente, caberia ao Município – e não ao Estado – legislar sobre proteção e defesa da saúde, sobretudo se o uso da substância for relacionado ao interesse local.
 - (B) válida, pois a superveniência de lei federal apenas suspende a eficácia da lei estadual no âmbito da competência concorrente, de modo que, com a declaração de inconstitucionalidade da lei federal, a norma estadual teve sua eficácia restabelecida.
 - (C) inválida, pois a declaração de inconstitucionalidade da lei federal não restabelece a eficácia da lei estadual, tendo como efeito apenas a devolução da competência ao Estado para legislar sobre normas gerais enquanto não for editada nova lei federal.
 - (D) válida, pois a lei federal não revoga nem suspende a eficácia da lei estadual. Em casos em que as normas federal e estadual forem incompatíveis, caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir qual delas é aplicável.
 - (E) inválida, pois a competência legislativa concorrente permite que o Estado exerça sua competência suplementar somente após a União exercer plenamente sua competência de legislar sobre normas gerais.

Letra b.

Nos termos dos §§ 1º a 4º do artigo 24, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Entretanto, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Nesse sentido, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Com isso, os entes federativos estaduais poderão editar tanto a norma geral quanto a específica para atender a suas peculiaridades.



Destaca-se que a superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende** a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Note que a norma da União não revoga, mas apenas suspende, a norma estadual, na parte em que esta contrariar a norma concorrente federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Sobre o controle dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O estagiário que atua no serviço público está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa, mesmo se a atividade desempenhada ocorrer sem remuneração.
- (B) Segundo a jurisprudência, é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a comitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade dos órgãos públicos.
- (D) As pessoas jurídicas não poderão figurar como sujeito ativo dos atos de improbidade na condição de terceira beneficiária.
- (E) O princípio da insignificância é aplicado aos processos com fundamento na Lei de Improbidade.

Letra a.

Os estagiários que atuam em órgãos e entidades públicas, ainda que de modo transitório, com ou sem remuneração, podem, sim, ser classificados como agentes públicos e responder de acordo com a Lei n. 8.429 – REsp 1.149.493.

36. Para Meirelles, “poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Assim, pode-se concluir que, através do poder de polícia, a Administração visa a conter abusos individuais restringindo o direito individual em benefício do bem-estar da coletividade. Sobre esse poder, pode-se afirmar:

- (A) A discricionariedade do poder de polícia não permite a prática de ato vinculado.
- (B) O poder de polícia administrativo é uma atividade que se manifesta por meio de atos concretos em benefício do interesse público. Para efetivar a eficiência da atividade administrativa, pode-se mediante convênio delegar esse poder a pessoas da iniciativa privada não integrantes da Administração Pública.

(C) A Constituição autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia.

- (D) A licença é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração facilita àquele que preencha os requisitos exigidos em lei o exercício de uma atividade. Assim, cabe à autoridade tão somente verificar, em cada caso concreto, se foram preenchidos os requisitos legais exigidos para outorga administrativa e, em caso afirmativo, expedir o ato, sem possibilidade de recusa.
- (E) O poder de polícia é exercido por atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, compreendendo apenas medidas preventivas.

Letra c.

Consta no art. 145 da CF que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: (...) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”.

37. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação será dispensável.
- (B) Tomada de preços é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (C) Enquadra-se na hipótese de dispensa da licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Os casos de dispensa de licitação decorrem da competência vinculada da Administração, pois o rol do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 é taxativo.
- (E) Em consonância com o princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

Letra b.

Consta no § 2º do art. 22 da Lei n. 8.666/1993 que “tomada de preços é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que



atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas".

38. De acordo com a doutrina de direito administrativo, assinale a alternativa correta sobre os serviços públicos.

- (A) É permitido ao Estado delegar a prestação de determinados serviços públicos a particulares, competindo-lhe, todavia, o controle sobre sua execução.
- (B) A permissão de serviço público possui contornos bilaterais, mas, diferentemente da concessão de serviço público, não pode ser caracterizada como de natureza contratual.
- (C) A Administração Pública poderá delegar aos particulares a execução de determinado serviço público, mediante concessão, que constitui ato administrativo unilateral, discricionário e precário.
- (D) A classificação de determinado serviço público como coletivo pressupõe a individualização de seus destinatários, propiciando a medição da utilização individual direta do serviço público prestado.
- (E) A caducidade exige a edição de lei autorizando a extinção da concessão bem como prévia indenização, se houver.

Letra a.

O Estado pode prestar serviço público pessoalmente ou delegar ao particular (descentralização por delegação). No entanto, é dever do Poder Público fiscalizar a prestação do serviço.

DIREITO O TRABALHO

39. Quanto à remuneração e ao salário, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber compreendem-se na remuneração do empregado.
- (B) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- (C) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

(D) Não será considerado como salário-utilidade o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

(E) As diárias para viagem serão computadas como salário desde que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

Letra e.

O estipulado na letra E foi modificado pela Reforma Trabalhista, conforme previsão do artigo 457, § 3º, da CLT.

40. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador. Nesse caso, serão devidas as seguintes parcelas:

- I – por metade o aviso prévio, se indenizado.
- II – multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
- III – por metade, multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
- IV – movimentação integral da conta vinculada de FGTS.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

Letra e.

Conforme estipulado no artigo 484-A da CLT, quando a rescisão contratual se der por meio de acordo, o trabalhador terá direito, por metade, ao aviso prévio indenizado e à multa rescisória.

41. O aviso prévio será proporcional à duração do contrato de trabalho na proporção de

- (A) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa.
- (B) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
- (C) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
- (D) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 dias, perfazendo um total de até 120 dias.



- (E) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos cinco dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 80 dias, perfazendo um total de até 110 dias.

Letra b.

A proporcionalidade do aviso prévio está regulamentada no artigo 1º da Lei n. 12.506/2011, conforme a redação inserta no item B.

42. Acerca da sucessão trabalhista, assinale a alternativa correta.

- I – Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- II – O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- III – O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

Letra e.

Conforme disciplina do artigo 10-A da CLT, o sócio retirante responderá de forma subsidiária, salvo se for comprovada a fraude.

43. Quanto à equiparação salarial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- (B) Não haverá equiparação salarial quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.

(C) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial em razão do princípio da não discriminação.

(D) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

(E) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

Letra c.

Conforme disciplina o artigo 461, § 4º, da CLT, “o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial”.

44. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- II – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- III – plano de cargos, salários e funções comparáveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.
- IV – troca do dia de feriado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) nenhuma das alternativas.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) todas as alternativas.
- (E) I e IV.

Letra d.

Todos os itens estão previstos no artigo 611-A da CLT, que trata sobre a prevalência do negociado sobre o legislado.

45. Assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se empregador apenas a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

- (B) Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios entre as empresas que compõem o grupo.
- (C) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- (E) Não serão computados, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

Letra d.

O conceito de empregador é amplo, havendo pessoas que se equiparam ao conceito clássico inserto no artigo 2º da CLT.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

46. Assinale a alternativa que apresenta título executivo judicial que será executado pela Justiça do Trabalho.

- (A) Sentença arbitral decorrente de conflitos oriundos das relações de trabalho.
- (B) Termo de conciliação firmado perante as câmaras intersindicais de conciliação prévia.
- (C) Termo de compromisso de ajustamento de conduta firmado perante o Ministério Público.
- (D) Cheque.
- (E) Nota Promissória.

Letra a.

Conforme previsão do artigo 515, inciso VII, do CPC, aplicado ao processo de trabalho de forma subsidiária – artigo 769 da CLT. A arbitragem no processo do trabalho está autorizada pelos artigos 114, §§ 1º e 2º, da CF e 507-A da CLT.

47. Em relação ao procedimento sumaríssimo, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I – Far-se-á a citação por edital, caso o reclamado esteja em local incerto e não sabido.
- II – A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento.

III – O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

IV – As testemunhas, até o máximo de duas para cada pedido, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão corretas:

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas I, II e III.
- (D) apenas I e IV.
- (E) apenas II e III.

Letra e.

Nas causas que tramitem pelo rito sumaríssimo, não será possível a citação por meio de edital. Neste rito cada parte terá direito a apenas 2 testemunhas.

48. Assinale a alternativa correta.

- (A) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (B) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (C) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (D) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (E) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de 15 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.

Letra a.

Após a apresentação da exceção de incompetência, o processo será suspenso. A exceção de incompetência deverá ser apresentada em até 5 dias a contar da notificação do reclamado, conforme previsão do artigo 800 da CLT.



49. Quanto às audiências trabalhistas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- (B) À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.
- (C) Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- (D) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- (E) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluirá no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

Letra c.

Conforme previsão do artigo 815, parágrafo único, da CLT, os presentes poderão se retirar caso o juiz não compareça à audiência em até 15 minutos após a hora marcada.

50. Considere as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

I – Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

II – Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

III – Cabe agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas antes da Sentença.

- (A) I e II são corretas.
- (B) I, II e III são corretas.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Somente I é correta.
- (E) Somente I e III são corretas.

Letra a.

Conforme previsão do artigo 893, § 1º, da CLT, não cabe recurso imediato das decisões interlocutórias no processo do trabalho, salvo exceções previstas na Súmula 214 do TST.

51. Assinale a assertiva incorreta quanto aos recursos trabalhistas.

- (A) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.
- (B) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
- (C) Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado.
- (D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumário, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (E) É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

Letra d.

Nas causas sujeitas ao procedimento sumário, somente será cabível recurso de decisão que contrarie a Constituição. As exceções previstas no item referem-se ao rito sumaríssimo, conforme o § 9º do artigo 896 da CLT.

52. Assinale a alternativa correta quanto aos recursos trabalhistas.

- (A) Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.
- (B) Caberá agravo de instrumento da decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- (C) Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito devolutivo e suspensivo.
- (E) Cabe recurso ordinário das decisões do Juiz nas decisões definitivas em execuções.

Letra c.

Os efeitos modificativos serão excepcionais em embargos de declaração e, nesse caso, somente poderão ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

DIREITO CIVIL**53. Assinale a opção correta.**

- (A) Cessada a eficácia de uma lei temporária que havia revogado uma lei anterior, ocorre a reprisestinação automática desta última lei, salvo disposição em contrário.
- (B) Os direitos sob condição suspensiva só passam a ser protegidos como direitos adquiridos após o implemento da condição suspensiva.
- (C) O regime de bens do casamento obedece à lei do país em que houver a celebração do casamento.
- (D) O direito de propriedade que um brasileiro possui sobre um imóvel situado em Miami será disciplinado pela lei brasileira.
- (E) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

Letra e.

- (A) Errado. A reprisestinação de leis revogadas em razão da revogação de lei posterior sempre depende de previsão expressa, mesmo no caso de leis temporárias.
- (B) Errado. O art. 6º, § 2º, da LINDB protege o direito sob condição suspensiva (= condição

preestabelecida) como direito adquirido. Lei nova não pode atingi-lo. O direito sob condição suspensiva é um direito a obter algo após a ocorrência de um evento futuro e incerto. Isso é protegido diante de leis novas.

- (C) Errado. Art. 7º, § 4º, da LINDB.
- (D) Errado. Aplica-se a lei do país do imóvel (art. 8º da LINDB).
- (E) Correto. Art. 10, § 2º, da LINDB.

54. Assinale a opção correta.

- (A) De acordo com o Código Civil, os índios são relativamente incapazes.
- (B) A emancipação pela obtenção de economia própria por parte do menor pode acontecer mesmo se a sua idade for inferior a dezesseis anos.
- (C) No caso de simulação em decisão tomada em reunião ou em assembleia de pessoa jurídica, haverá nulidade absoluta, de maneira que será viável a declaração dessa nulidade a qualquer tempo.
- (D) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Letra e.

- (A) Errado. A capacidade dos índios é disciplinada em lei especial, de acordo com o Código Civil (art. 4º, parágrafo único, do CC).
- (B) Errado. Precisa ter 16 anos, no mínimo (art. 5º, parágrafo único, V, do CC).
- (C) Errado. É caso de anulabilidade com prazo decadencial de 3 anos (art. 48, parágrafo único, do CC).
- (D) Errado. Art. 41, IV, do CC.
- (E) Correto. Art. 94 do CC.

55. Assinale a opção correta.

- (A) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (B) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (C) O devedor tem o direito de exigir que o credor receba o pagamento de apenas parte da dívida, mas isso não impedirá que o devedor seja considerado inadimplente em relação à parcela não paga da dívida.
- (D) A regra geral é a de que as obrigações são portáteis.
- (E) Os juros moratórios legais correspondem a 1% a.m.



Letra a.

- (A) Correto. Art. 235 do CC.
 (B) Errado. O art. 296 do CC estabelece o oposto.
 (C) Errado. Credor só recebe parte da dívida se quiser (art. 314 do CC).
 (D) Errado. A regra é que as obrigações sejam quesíveis, assim entendidas aquelas em que o lugar do pagamento é o domicílio do devedor (art. 327 do CC).
 (E) Errado. É a taxa Selic, conforme jurisprudência do STJ.

56. Assinale a opção correta.

- (A) Aquele que tiver prometido fato de terceiro não responderá por perdas e danos, quando este não o executar.
 (B) É admissível oferecer, como garantia do pagamento de uma dívida, o direito hereditário que vier a surgir com a futura morte de um parente.
 (C) De acordo com o Código Civil, não se aplica a garantia da evicção no caso de aquisição de bem em hasta pública.
 (D) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, só é admitida por meio de interpelação judicial.
 (E) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

Letra e.

- (A) Errado. Art. 439 do CC.
 (B) Errado. Art. 426 do CC.
 (C) Errado. Art. 447 do CC.
 (D) Errado. Basta notificação, ainda que extrajudicial (art. 473 do CC).
 (E) Certo. Art. 477 do CC.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
57. Com relação aos recursos no novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A parte que interpuiser recurso principal poderá desistir do recurso desde que haja consentimento do recorrido.
 (B) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
 (D) A ausência de preparo no ato de interposição do recurso gera o fenômeno da deserção, devendo o recurso ser imediatamente não conhecido.
 (E) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo se distintos ou opostos os seus interesses, pois se trata de conduta alternativa.

Letra b.

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Art. 999. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

Art. 1.000. A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.

Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

§ 1º São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

§ 2º A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

§ 4º O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

§ 5º É vedada a complementação se houver insuficiência parcial do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, no recolhimento realizado na forma do § 4º.

§ 6º Provando o recorrente justo impedimento, o relator relevará a pena de deserção, por decisão irrecorrível, fixando-lhe prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o preparo.

§ 7º O equívoco no preenchimento da guia de custas não implicará a aplicação da pena de deserção, cabendo ao relator, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 1.005. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

58. Com relação às regras de ação rescisória no novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação rescisória não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão, devendo impugnar todo conteúdo decisório que tenha transitado em julgado.
- (B) É possível ajuizamento de ação rescisória em face de decisão terminativa, sem mérito.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação rescisória em face de decisão proferida em processo no qual não foi parte.
- (D) O prazo prescricional para ajuizamento de ação rescisória é de 2 anos, contados do trânsito em julgado.
- (E) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é decadencial de 5 anos em caso de prova nova.

Letra b.

Art. 996, § 3º A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do *caput*, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça:

- I – nova propositura da demanda; ou
- II – admissibilidade do recurso correspondente.

Art. 967. Têm legitimidade para propor a ação rescisória:

I – quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular;

II – o terceiro juridicamente interessado;

III – o Ministério Público:

a) se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção;

b) quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei;

c) em outros casos em que se imponha sua atuação;

IV – aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

Parágrafo único. Nas hipóteses do art. 178, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica quando não for parte.

Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

§ 1º Prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo a que se refere o *caput*, quando expirar durante férias forenses, recesso, feriados ou em dia em que não houver expediente forense.

§ 2º Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de **descoberta** da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

§ 3º Nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.

59. Considerando o procedimento comum e as regras do NCPC, marque a alternativa correta.

- (A) O réu revel poderá participar do processo normalmente, mas não poderá produzir provas não postuladas por ausência de contestação.
- (B) A multa prevista para quem não comparecer à audiência de conciliação ou mediação será de 2% sobre o valor da causa ou vantagem pretendida, revertendo-se a favor da parte adversa.
- (C) Em face de decisão parcial de mérito, caberá o recurso de agravo de instrumento no prazo de 15 dias.
- (D) O prazo para oferecimento de resposta de réu será de 15 dias, podendo o réu apresentar contestação e reconvenção, desde que faça simultaneamente, em peças separadas.
- (E) Não é possível inversão do ônus da prova na decisão de saneamento.

Letra c.

Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I – mostrar-se incontrovertido;

II – estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do [art. 355](#).

§ 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.

§ 2º A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposta.

§ 3º Na hipótese do § 2º, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

§ 4º A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.



§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

III – definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373.

60. Marque a alternativa correta.

- (A) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, em nenhuma hipótese, sob pena de violação do devido processo legal.
- (B) Os Juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica ou da autenticidade ou da falsidade de documento.
- (D) Não se admite ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (E) O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Letra c.

Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica:

I – à tutela provisória de urgência;

II – às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III;

III – à decisão prevista no art. 701.

Art. 12. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração:

I – da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;

II – da autenticidade ou da falsidade de documento.

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
